

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/029883
RECORRENTE: C H B MONTEIRO E CIA LTDA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000462878

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, inc. I do CTB, "Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%." Alegação de clonagem por negativa de cometimento da infração de trânsito. Registro do equipamento de radar que aponta divergências de marca/modelo do veículo flagrado quando confrontado com os dados do CRLV. Nulidade do AIT. Provável Erro de leitura do equipamento de radar ou clonagem de placa. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pela proprietária legal, através de seu procurador, em face do rigor do artigo 218, Inc. I, do CTB "Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%" com base no auto de infração lavrado no dia 25/03/2017, na Rod. BA526, Km 12– Sentido Crescente da cidade de Simões Filho/Bahia.

Alega a empresa recorrente que o veículo flagrado pelo equipamento de fiscalização de velocidade não é o de sua propriedade, pois o veículo flagrado é um veículo de passeio e de sua propriedade é um caminhão. Pugna pelo arquivamento do AIT.

A Recorrente junta a documentação necessária à análise de suas argumentações, como CRLV, CNH, documento de identificação de seu procurador, pelo que requer a nulidade da notificação da autuação.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, verifico que da análise do Sistema de Multas de Trânsito – SM e a cópia do CRLV acostado pelo Recorrente e a foto do equipamento de imagem acoplado ao radar que flagrou a infração cometida pelo veículo, é possível notar divergências em relação ao tipo/espécie e marca/modelo dos veículos, sendo possível identificar que o sistema de radar registrou a placa policial de propriedade **DE UM VEÍCULO DE CARGA** da Recorrente, **PLACA OYB9978 – HYUNDAI/HR HDB – 2012 – BRANCO – PALMAS - TO, entretanto**, fazendo análise da foto exposta na NAI e na NIP, percebe-se que na realidade o veículo infrator **é um veículo de passeio de quatro rodas**, não sendo a infração de responsabilidade da Recorrente, eis que cometida por outro veículo de titularidade de terceiros, **NÃO SENDO POSSÍVEL IDENTIFICAR SE HOUVE ERRO DE LEITURA DE EQUIPAMENTO DE RADAR OU CLONAGEM DE PLACA VEICULAR.**

Por tais contradições, se impõe a declaração de nulidade do AIT, por evidente irregularidade de preenchimento dos dados necessários à autuação, quando, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. R000462878** lavrado contra **C H B MONTEIRO E CIA LTDA, determinando seu consequente arquivamento.**

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **R000462878**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 07 de julho de 2020

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT - Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI